

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.613.159 - RJ (2019/0328904-6)

AGRAVANTE : SEMPRE EDITORA LTDA
AGRAVANTE : SEMPRE EDITORA LTDA
ADVOGADOS : BIANCA DELGADO PINHEIRO - MG086038
DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE -
RJ002255A
TALES DE ALMEIDA RODRIGUES - MG141891
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
AGRAVANTE : SEMPRE EDITORA LTDA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SEMPRE EDITORA LTDA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE – AFRMM. ISENÇÃO RECONHECIDA. LEI N. 10.893/2004. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. Apelação em face de sentença que denegou a segurança e extinguiu o processo sem resolução de mérito por inexistir interesse de agir porque a isenção da contribuição (AFRMM) está expressamente definida em Lei (artigo 14, II, Lei n. 10.893/04) e os Mandados de Segurança n. 0139507-16.2014.4.02.5101 e 0145546-29.2014.4.02.5101, impetrados anteriormente, foram manejados diante da demora injustificada na análise do pedido de isenção.

2. A impetrante possui como objeto social a adição integrada à impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas e que efetua rotineiramente a importação de papel para o exercício de sua atividade principal. A atividade está amparada pela imunidade constitucional artigo 150, VI, “d”, CRFB/1988, em relação aos impostos (e não ao AFRMM), bem como pela isenção da referida contribuição, conforme o artigo 14, II, da Lei n. 10.893/04.

3. O pedido formulado nestes autos, porém, é dotado de generalidade e abstração e pretende que seja concedida ordem determinando que a autoridade administrativa promova, de forma célere, a aplicação da lei. Como destacou o juízo a quo, não houve a impugnação de ato ilegal praticado pela autoridade tida como coatora. O inconformismo da impetrante se baseou na percepção da demora na análise de seus pedidos de isenção, a partir da experiência ocorrida em outros casos, que foram inclusive impugnados de forma específica por meio de ações próprias.

4. Destaque-se que nos dois mandados de segurança anteriores, igualmente impetrados pela parte autora, as informações prestadas foram no sentido do reconhecimento do pedido vindicado, o que ensejou a prolação de sentenças favoráveis ao impetrante, não desafiadas por recursos pela União Federal. A questão, portanto, conforme se infere da inicial da presente ação,

não diz respeito à existência ou não do direito pleiteado, mas sim à demora pontual na análise dos pedidos, demonstrada nos dois casos concretos anteriores. Esses casos, porém, não autorizam a concessão de uma ordem genérica para todos os demais casos, sem a indicação de uma operação de importação concreta e um ato ilegal a ser impugnado.

5. Apelação a que se nega provimento.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta como violado o art. 1º da Lei n. 12.016/2009, sustentando, em síntese, é evidente o direito líquido e certo do contribuinte de ter o desembaraço aduaneiro de suas mercadorias realizado de forma célere e eficaz pela autoridade fiscal.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

É irrefutável que o Tribunal de origem, ao apreciar o conteúdo fático e probatório dos autos, consignou expressamente que "não houve a impugnação de ato ilegal praticado pela autoridade tida como coatora.", assentando, em seguida, que na presente ação mandamental não ocorreu "a indicação de uma operação de importação concreta e um ato ilegal a ser impugnado.".

Dessa forma, para rever tal posição, relativa à suposta existência de direito líquido e certo capaz de justificar a concessão da segurança ora pleiteada, e interpretar o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator